

Novos caminhos

FHC

Paulo, FH

19 JUN 1996

Fernando Henrique é o quarto presidente a governar (ou a tentar fazê-lo) com a Constituição de 88. É também o quarto a abominá-la. Chegou mesmo, segundo confessou anteontem, em palestra na Escola Superior de Guerra, a arrepender-se de tê-la assinado como constituinte.

Não está sendo original. Sarney, antes dele, considerou a Constituição fator de ingovernabilidade. Collor tentou mudá-la. Itamar quis patrocinar a revisão. A diferença é que Fernando Henrique centrou seu projeto de governo na reforma da Constituição, na base do tudo ou nada.

A questão, porém, é que a reforma, ao menos na dimensão inicialmente projetada, está neste momento fora do alcance. O Congresso não quer fazê-la. O lobby corporativista, responsável pela eleição da maioria das bancadas, não permite. Em ano eleitoral, essa ação torna-se ainda mais eficaz.

O presidente não o confessa, mas já se sabe que está resignado a governar com a Constitui-

ção que abomina. Reformas importantes, como a da Previdência e a administrativa, estão sendo propostas pela metade — e ainda assim não há certeza de que serão aceitas.

Na reforma administrativa, o relator, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), desistiu de propor o fim da estabilidade para o servidor público. Resumiu seu relatório a três tópicos: teto salarial de R\$ 10 mil e 800, obrigatoriedade de lei para reajuste de salários no setor público e fim de incorporações e gratificações. Nem por isso, está seguro de que conseguirá aprová-lo.

Sem os ganhos que esperava obter com as reformas, o presidente decidiu governar com os recursos a seu alcance. Fará os ajustes que puder com medidas provisórias e acelerará as privatizações. E aí enfrenta briga de foice em sua base política. PFL e PSDB divergem quanto ao ritmo e abrangência do processo.

O PSDB o quer mais lento e gradual — e o PFL exatamente o contrário. O presidente Fernan-

do Henrique parece convencido de que o PFL tem razão. Entusiasma-o a projeção de que, com a aceleração das privatizações, os investimentos estrangeiros no país podem chegar, ano que vem — véspera de sua sucessão (e possível reeleição) —, a US\$ 10 bilhões, o que seria um recorde histórico, superior ao do tempo do milagre, na década de 70.

Somente este ano, as privatizações podem atrair algo em torno de US\$ 7 bilhões, segundo projeções oficiais. Até maio, sem contar reinvestimento de lucros, o ingresso de capitais foi superior a US\$ 3 bilhões. É por aí que o presidente vê a possibilidade de aquecer a economia, atenuar o desemprego, melhorar sua imagem diante do público e salvar as eleições municipais.

Para isso, não depende do Congresso, muito embora as repercussões políticas de algumas privatizações sejam inevitáveis e contribuam para aumentar as tensões junto a expressiva parcela de seus aliados.